

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Renegociação de dívidas divide estratégias



O governo federal prepara um novo programa de renegociação de dívidas nos moldes do Desenrola, para aliviar o orçamento das famílias em um cenário de comprometimento recorde da renda. A proposta inclui ampliar programas existentes e utilizar garantias públicas para baratear o crédito. No campo político, a divergência é clara: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT, esq.) aposta em crédito e renegociação, tratando o endividamento como problema social ligado à renda e aos juros altos. Já o senador Flávio Bolsonaro (PL, dir.) defende ajuste fiscal e controle de gastos como solução estrutural.

Parlamentares se posicionam no RS e DF

Entre parlamentares do Rio Grande do Sul, há alinhamentos distintos. Bohn Gass (PT) associa o endividamento à perda de renda, e defende políticas públicas de crédito e renegociação. Heitor Schuch (PSB) destaca o impacto no consumo e na produção, sugerindo medidas que combinem crédito mais barato e recomposição de renda. Na oposição, Luciano Zucco (PL) reforça o discurso de responsabilidade fiscal. Enquanto Ubiratan Sanderson (PL) e Marcel van Hattem (Novo) criticam o aumento dos gastos públicos e defendem ajuste e redução do Estado.

Proteção ao consumidor

No Distrito Federal, a base segue linha semelhante à do Planalto. Erika Kokay (PT) relaciona o endividamento à desigualdade social e defende proteção ao consumidor e ampliação da renda. A senadora Leila Barros (PDT) enfatiza o impacto do custo de vida e a necessidade de medidas de alívio financeiro. Já na oposição, Bia Kicis (PL) aponta inflação e carga tributária como causas do endividamento. Enquanto Izalci Lucas (PL) alerta para o desequilíbrio fiscal e seus reflexos nos juros.

Disputa de narrativas sobre a crise

Para o governo e aliados, o endividamento decorre de renda comprimida, desigualdade e crédito caro, exigindo intervenção estatal. A oposição sustenta que a origem está na má gestão fiscal, inflação e carga tributária elevada, defendendo ajuste como caminho para reduzir juros. Em meio ao debate, Flávio Bolsonaro afirmou que a crise atinge cerca de 80 milhões de brasileiros, e criticou tanto os juros quanto a regulamentação das apostas esportivas como fatores agravantes.

Rejeição elevada pressiona disputa

A pesquisa Datafolha aponta cenário apertado em eventual segundo turno entre Lula e Flávio, com 46% a 45%. Ambos enfrentam rejeição elevada, 48% para Lula e 46% para Flávio, o que limita o potencial de crescimento. A avaliação do governo permanece dividida, com predominância de desaprovção, indicando ambiente eleitoral ainda instável.

Eleitor de centro vira alvo central

O levantamento também identifica um grupo de 27% de eleitores distantes do petismo e do bolsonarismo, considerado decisivo para 2026. Lula tende a reforçar pautas como segurança pública e diálogo com segmentos religiosos para ampliar apoio ao centro. Já Flávio Bolsonaro aposta no tema do endividamento das famílias como eixo de mobilização. Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo) também disputam esse eleitorado estratégico, ampliando a fragmentação no primeiro turno.

Fiergs apresenta prioridades do setor aos parlamentares

Documento traz temas de agroindústria, infraestrutura e inovação

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) lançou ontem, em sua sede, a Agenda Legislativa de 2026, com 98 projetos do Parlamento gaúcho monitorados e avaliados com um parecer técnico convergente ou divergente. O presidente do Sistema Fiergs, Cláudio Bier, destaca que, em ano de eleições e com a polarização do cenário político, “não há espaço para omissão quando estão em jogo o crescimento econômico, a geração de empregos e as condições para investir”.

Estão inseridos na agenda os temas agroindústria, infraestrutura, inovação e tecnologia, meio ambiente, relações do trabalho, sistema tributário e interesses setoriais. O presidente garante que não há um destaque entre esses, já que todos têm sua relevância. Ainda assim, a Fiergs salienta que na área de infraestrutura houve o maior incremento de propostas, passando de cinco para 16. O crescimento geral foi de 25 projetos, já que no ano passado a agenda analisava 73.

Bier também destaca uma grande satisfação em receber o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Sérgio Peres (Republicanos), e diversos deputados da bancada gaúcha, de variados partidos, já que avalia a casa como “pluripartidária”. Peres, por sua vez, garante que recebem com bons olhos o diálogo



Cláudio Bier divulgou material com análise de 98 projetos em tramitação

com a Federação das Indústrias, “que é quem gera emprego e renda para o Estado”. Frisa, ainda, que os parlamentares querem que a política não venha a travar os processos com a burocracia.

“Em todo projeto que vem da federação e que é para o desenvolvimento gaúcho, procuramos conversar com os deputados para que vá a plenário ainda que alguém possa ser contra. Não pode uma pessoa dar pé de vista e o projeto ficar oito dias trancado. Temos que dar prioridade àquilo que a gente vê que é importante para a indústria garantir o trabalho e a renda de todo o povo”, completa.

O coordenador do Conselho de Articulação Política (Coap) do Sistema Fiergs, Diogo Paz Bier, segue nesta linha e diz que o relacionamento institucional com a Assembleia é “essencial para construir um ambiente regulatório

que tenha segurança jurídica e assegure competitividade aos setores produtivos”.

Estiveram presentes no evento, além do presidente da ALRS, os deputados estaduais Joel Wilhelm (PP), Delegada Nadine (PSD), Gustavo Victorino (Republicanos), Marcus Vinicius (PP), Rodrigo Lorenzoni (PP), Capitão Martim (Republicanos), Beto Fantinel (MDB), Edilson Brum (MDB), Felipe Camozzato (Novo), Guilherme Pasin (PP) e Miguel Rosseto (PT).

Em maioria no evento, deputados de direita defenderam a extinção do piso regional e a desburocratização do Projeto Natureza, da CMPC, que é o maior investimento privado da história do Estado, com um aporte estimado entre R\$ 24 bilhões e R\$ 27 bilhões. Foram todos convergentes ao defender a indústria gaúcha e o diálogo com a Fiergs nestes 98 projetos avaliados.

Ramagem é preso por serviço de imigração dos EUA

/ INVESTIGAÇÃO

O Serviço de Imigração e Controle de Aduanas dos EUA (ICE, na sigla em inglês) prendeu ontem o ex-deputado federal cassado Alexandre Ramagem, de acordo com a Polícia Federal (PF) brasileira. Ramagem é considerado foragido da Justiça brasileira, após ter fugido do Brasil e ir para os Estados Unidos no ano passado. Segundo o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, o ex-diretor da Abin saiu de forma clandestina do Brasil pela fronteira com a Guiana.

Ramagem teria se mudado em

setembro para um condomínio de luxo na Flórida, enquanto gravava vídeos e votava à distância nas sessões da Câmara, amparado por um atestado médico. Em dezembro, o ministro Alexandre de Moraes, da Suprema Corte, determinou a abertura do processo de extradição de Ramagem, condenado por tentativa de golpe de Estado.

A condenação definitiva do núcleo central da investigação foi decretada por Moraes em 25 de novembro. O ex-parlamentar foi condenado à perda de mandato e a 16 anos e um mês de prisão por participar de tentativa de golpe.



Ex-deputado Alexandre Ramagem foi condenado a 16 anos de prisão